

## AS INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA LATINA

*Romper las cadenas con que nos oprime el poder español (Juramento do Monte Sacro com a presença de Francisco de Miranda e Simón Bolívar)*

*Compañeros del Ejército de los Andes... La guerra se la tenemos de hacer del modo que podamos: sino tenemos dinero, carne y un pedazo de tabaco no nos tiene de faltar: cuando se acaben los vestuarios, nos vestiremos con la bayetilla que nos trabajen nuestras mugeres, y sino andaremos en pelota como nuestros paisanos los indios: seamos libres, y lo demás no importa nada... (José de San Martín, 27 de julho de 1819)*

*Lima, onde a parte não ilustrada da sociedade é tão numerosa (em especial os escravos e os negros) e, ao mesmo tempo, tão formidável... As classes baixas obtiveram um predomínio indevido e estão começando a manifestar uma predisposição revolucionária perigosa (José de San Martín, tempos depois)*

*O Peru não está em condições de ser governado pelo povo. Do que está composta a população, senão de índios ou negros? As diversas classes de habitantes consideram que possuem direitos iguais (e) como a população de cor excede em muito à branca, a segurança desta última está ameaçada (Simón Bolívar)*

*Na América do Sul e no México, os habitantes que possuem o sentimento da independência, os criollos, nasceram da mistura com espanhóis e portugueses. Somente estes atingiram o alto sentimento e desejo de independência. Há poucas tribos indígenas que sintam o mesmo. Existem notícias de populações do interior que aderiram aos esforços para formar Estados independentes, mas é provável que entre elas não haja muitos indígenas puros (G. W. F. Hegel, Lições de Filosofia da História Universal, 1830)*

O império ultramarino espanhol possuía a peculiaridade de que “a unificação da Espanha e a conquista da América ocorreram quase simultaneamente. O império da América herdou as normas, os procedimentos e as instituições do reino de Castela (baseadas numa) teoria política cristã e tomista que acreditava no pecado de todos. A lei era manifestação da vontade de Deus, mas não era provável pudessem viver à altura da lei. Existia uma brecha, por vezes um abismo, entre a lei como ideal e a lei como realidade... O império espanhol tinha uma cultura política elitista neopatrimonial. Como império burocrático centralizado, só existia na América espanhola uma distinção limitada entre o papel político do súdito e outros papéis sociais (no que) diferia de outros sistemas políticos pré-modernos... O sistema político admitia mudanças sempre que houvesse harmonia entre as tendências modernas e as tradicionais. O rápido crescimento [econômico] tirou essa capacidade ao sistema, conduzindo ao seu desabamento”.<sup>1</sup> A isso somou-se a crise internacional: a independência política da América de colonização ibérica foi precipitada pela invasão da península por Napoleão em 1808, que deu ímpeto à demanda de autonomia política e emancipação econômica de suas colônias americanas.

Ao examinar suas causas, “em primeiro lugar, salta aos olhos que a independência se deu precisamente nos anos entre 1810 e 1820, época em que as guerras napoleônicas debilitaram marcadamente as relações coloniais entre as posses americanas e suas metrópoles espanhola e portuguesa, que inclusive foram ocupadas pelos exércitos napoleônicos. Mas este câmbio na relação colonial, que haveria de modificar a estrutura social na América Latina, não foi senão a culminação de um longo processo histórico que havia começado bem antes no tempo. Desde a destruição da armada espanhola pelos ingleses em 1588, e a colonização econômica e desindustrialização de Portugal através de uma série de tratados comerciais, que culminaram com o Tratado de Methuen de 1703, a Grã-Bretanha havia virtualmente eliminado os países ibéricos da participação na acumulação e no desenvolvimento capitalista mundial, que em 1817 haveria de santificar-se no exemplo do intercâmbio de produtos têxteis ingleses, um produto industrial, por vinho português, um produto primário, mediante o qual [David] Ricardo alegou

---

<sup>1</sup> Jorge L. Domínguez. *Insurrección o Lealtad*. La desintegración del imperio español em América. México, Fondo de Cultura Económica, 1985, pp. 21-23.

justificar a exploração da segunda pela primeira, em função de uma suposta lei natural de vantagens comparativas”.<sup>2</sup>

O primeiro golpe contra o regime escravista colonial americano foi a insurreição de Santo Domingo em 1791, consequência direta da Revolução Francesa que culminou na abolição da escravidão e na independência do Haiti em 1804.<sup>3</sup> Os processos de independência latino-americanos (situados entre 1808 e 1826) também foram tributários dos acontecimentos no plano mundial: "Em 1808 se explicita aquilo que os sintomas advertiam já desde 1795, quando se iniciaram as lutas franco-inglesas, transformando a Europa e o Atlântico em um interminável campo de batalha, o que isolou quase completamente a América dos mercados europeus: as vantagens econômicas acumuladas durante a segunda metade do século XVIII começaram a esgotar-se de frente ao predomínio marítimo inglês, que vai encontrar sua coroação na batalha de Trafalgar, em 1805".<sup>4</sup> Três anos depois, o monarca português, instalado no Brasil por causa da invasão napoleônica da península ibérica, decretou a abertura dos portos, pondo fim de fato ao monopólio colonial, ao mesmo tempo em que explodiam os movimentos de independência na América espanhola. A revolução independentista teve sua base caracterizada “pelo desenvolvimento de ideias cujo vigor manifestar-se-á ao resistir a ação de erosão do tempo”,<sup>5</sup> e pelo seu impacto mundial. Um novo mundo estava nascendo, o mundo das nações independentes, dos Estados Modernos, da igualdade jurídica entre os cidadãos.

As lutas pela independência da América espanhola, porém, não foram um movimento homogêneo nem coordenado. Seus antecedentes eram, além das revoltas andinas de finais do século XVIII, os movimentos “*comuneros*” no Paraguai (em 1640 e 1717-1735), em Corrientes, na Argentina (em 1762), na Nova Granada, futura Colômbia (em 1779-1782), todos deflagrados contra as arbitrariedades das autoridades coloniais, mas colocando também em disputa o poder político, que os “comuns” - o povo - chegaram a assumir temporariamente assim como aconteceu em revoltas brasileiras, como a *cabanagem*. No entanto, “enquanto na Europa, e até certo ponto nos EUA, os mitos da nacionalidade sobre os quais podiam se constituir as nações existiam antes destas, na América hispânica as guerras civis que se seguiram à independência forçaram o surgimento de nações em áreas que careciam de ficções orientadoras para uma nacionalidade autônoma. Enquanto nos EUA e em grande parte da Europa o conceito precedeu à realidade política, aqui foi o contrário: as ficções orientadoras de um destino nacional foram improvisadas quando a independência política já era um fato”; “Embora toponímicos como México, Peru ou Chile datavam dos primeiros anos da conquista, antes da independência esses nomes não significavam um destino nacional próprio ou uma eventual autonomia, como foi o caso de ‘América’ nos EUA (e) foram criados países novos com novas fronteiras e nomes recém cunhados, como Venezuela, Honduras Colômbia, Bolívia e Argentina; um século, ou mesmo menos, antes da independência, ninguém nessas terras sonhava que um dia seriam nações novas e separadas com destino próprio. Nessas áreas não existia um mito prévio de identidade nacional que vinculasse seus habitantes sob uma ideologia comum”.<sup>6</sup>

A região platina, no final do período colonial, não era só dominada por enormes propriedades de terra consagradas ao gado, com o monopólio no acesso à terra dos *estancieros* exportadores compactuados com os comerciantes portuários e povoada por errantes *gaúchos*: ao lado das grandes *estancias*, os pampas eram pontilhados por pequenas e médias propriedades

---

<sup>2</sup> André Gunder Frank. *Lumpenburguesia: Lumpendesarrollo*. Dependencia, clase y política en Latinoamérica. Barcelona, Laia, 1979, p. 65.

<sup>3</sup> C. L. R. James. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000.

<sup>4</sup> Ruggiero Romano. Le rivoluzioni del centro e sudamerica, in: *Le Rivoluzioni Borghesi*, cit.

<sup>5</sup> Nelson Martinez Diaz. *La Independencia Hispanoamericana*. Madri, Historia 16, 1999, p. 9.

<sup>6</sup> Nicolas Shumway. *La Invención de la Argentina*. Buenos Aires, Emecé, 2013, pp. 24-25.

pecuaristas e agrícolas, voltadas ao mercado interno (Juan Carlos Garavaglia questionou a tese da produção colonial ser fundamentalmente voltada para a exportação, destino só de 1/5 da produção nas colônias);<sup>7</sup> a falta de mão de obra e o excesso de terras assombrava os grandes proprietários. Os produtores, sem poder recorrer à mão de obra escrava, e receosos de depender dos errantes *gauchos*, optaram por trocar terras por trabalho como agregados, arrendatários e até escravos. Os baixos níveis populacionais, adicionados à grande oferta de terras, acabaram gerando uma situação confortável aos *gauchos*, que podiam se tornar agregados ou arrendatários, trocar de emprego após uma proposta melhor, ou abandonar a pecuária quando as colheitas de trigo se tornavam mais rentáveis.

Os escravos realizavam as tarefas sedentárias na estância colonial, aquelas que não exigiam o uso do cavalo. Trabalhavam na produção dos couros e do sebo principalmente, deixando aquelas relativas ao cuidado do gado nos rodeios, à sua marcação, doma ou preparação para o abate aos peões da campanha. Ao final do período colonial o número de negros na região do Prata era de 11.837, todos eram escravos. Esse total correspondia a menos de 50% da população branca, que era de 28.116 pessoas, revelando um incipiente desenvolvimento de atividades produtivas com pequena mão de obra e com a utilização de escravos principalmente no setor de serviços. Assim tanto a pecuária quanto a mão de obra negra não se constituíam em alicerces da economia da região,<sup>8</sup> mas era habitual ver negros montando e realizando outras atividades em torno do gado. O trabalho escravo era funcional às atividades da estância colonial de Buenos Aires, o escravo negro não apenas teve papel decisivo na estância colonial, como também sua quantidade foi relevante.<sup>9</sup>

O enfoque direcionado para as grandes propriedades gerou análises nas quais os pampas pareciam estar controlados por uma pequena e poderosa elite, enquanto os novos estudos evidenciaram a luta pelo poder e pelo reconhecimento por parte destes indivíduos frente a um grande número de pequenos e médios produtores, que também se diziam *estancieros* e cuja produção não estava voltada apenas à metrópole, mas também ao mercado regional. Foram os grandes proprietários os que sobreviveram economicamente por sua maior capacidade de manobra diante das crises, com diversificação da produção e acúmulo de capitais. Já os pequenos e médios produtores, dependentes de intermediários para alcançarem os comerciantes exportadores de Buenos Aires, e vinculados diretamente à renda imediata de sua produção, foram submetidos gradualmente pelas crises econômicas decorrentes da independência e das guerras europeias. Suas propriedades foram capturadas pelos grandes proprietários. O mercado regional platino tinha especificidades decorrentes da relação entre excesso de terras e carência de mão de obra, gerando uma situação que também facilitava o acesso aos meios de produção, estimulava o mercado interno de trocas e a produção voltada ao consumo urbano.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> Juan Carlos Garavaglia. El mercado interno colonial a fines del siglo XVIII: México y el Perú. In: Heraclio Bonilla (ed.). *El Sistema Colonial en la América Española*. Barcelona, Crítica, sdp.

<sup>8</sup> Heloisa Jochims Reichel. *Contribuição para o Estudo da Formação Social Capitalista na América Latina: o Caso da Campanha de Buenos Aires – 1830-1840*. São Paulo, Departamento de História/FFLCH-USP, Tese de doutoramento 1989.

<sup>9</sup> Carlos A. Mayo. *Estancia y Sociedad en la Pampa 1740-1820*. Buenos Aires, Biblos, 1995.

<sup>10</sup> Jorge Gelman. *Campesinos y Estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires, Los Libros del Riel, 1998; Murdo J. Macleod. Aspectos da economia interna da América Espanhola Colonial: mão de obra; tributação; distribuição e troca. In: Leslie Bethell (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial, Volume 2. São Paulo, Edusp; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999; Magnus Mörner. A economia e a sociedade rural da América do Sul Espanhola no período colonial. In: Leslie Bethell (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial, Volume 2. São Paulo, Edusp; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999; Richard M. Morse. O desenvolvimento urbano da

O sentimento anti-aristocrático, democrático, permeou as revoluções da independência americana. Na América espanhola, o crescente sentimento *criollo* antiespanhol preparou a independência: muitos dos brancos nascidos na América, cujos direitos eram inferiores aos dos brancos nascidos na Europa e radicados na América, sentiam-se superiores a estes, e o eram realmente do ponto de vista cultural (tinham, muitas vezes, realizado estudos superiores na Europa), quando não do ponto de vista econômico e social. A necessidade de libertar-se do colonialismo encontrou um terreno fertilizado por esses sentimentos. Na independência política destacou-se paulatinamente a liderança da classe proprietária da sociedade colonial, composta basicamente pelos *criollos*, descendentes de espanhóis nascidos na América. Inglaterra e França não só dominavam e subordinavam o comércio intraeuropeu hispano-português, mas também o de suas colônias.

Os processos de independência tiveram um início radical com a luta pela independência do Haiti, situado na ilha de Santo Domingo que, desde 1795, pelo Tratado de Basileia entre a França e a Espanha, pertencia à França. Foi a única revolução de independência em que as classes exploradas tiveram um papel de primeiro plano, de força protagonista e não de força de apoio dos exploradores "nacionais", entre 1791 e 1804. Na luta dos negros e dos mulatos contra os brancos colonizadores, na colônia francesa do Caribe, deu-se uma combinação única na América Latina: a luta contra a escravidão, pela terra e pela independência. No esteio da Revolução Francesa e da abolição da escravidão em todos os domínios da metrópole, os escravos iniciaram um movimento independentista sob a liderança do escravo negro Toussaint L'Ouverture (1743-1803), que derrotou os invasores britânicos e também os mulatos, que pretendiam se estruturar como nova classe dominante, com a ajuda dos recém proclamados Estados Unidos da América: "Os soldados de Toussaint eram, na sua maioria, africanos nascidos fora da colônia, incapazes de falar uma palavra em francês. Os oficiais em comando eram, como Toussaint, antigos escravos. Além de Dessalines havia Christophe Pétion e o irmão de Toussaint, Paul L'Ouverture. O exército, com exceção de alguns oficiais brancos, era um exército revolucionário por completo, e esse fato constituía sua maior força".<sup>11</sup> Os "jacobinos negros", assim batizados pelo historiador negro C. L. R. James, foram a ala mais revolucionária da revolução independentista das Américas.

A Assembleia Constituinte haitiana de 1801 proclamou Toussaint L'Ouverture como chefe de governo, mas as tropas coloniais napoleônicas capturaram o líder revolucionário em 1802, enviando-o à França, onde Toussaint faleceu na prisão. Dessalines, Alexandre Pétion e Henri Christophe retomaram a liderança político-militar da luta anticolonial, proclamando em 1804 a independência da metade oriental da ilha, que tomou o nome de Haiti (a parte ocidental, atual República Dominicana, continuou sob o controle franco-espanhol). Em 1806 o Haiti adotou o regime republicano, enquanto continuava a luta entre negros, mulatos e proprietários brancos. Só em 1825 a França da monarquia restaurada reconheceu a independência da ilha, recebendo uma indenização de 150 milhões de francos, que comprometeu o futuro econômico da república negra. Antes disso, o governo de Alexandre Pétion acolheu Simón Bolívar, em fuga depois do fracasso de sua primeira tentativa militar independentista contra a Espanha; o governo negro haitiano financiou e armou o novo exército bolivariano, que deu início à campanha definitiva pela independência das colônias espanholas da América do Sul.

A revolução democrática na península ibérica, iniciada na resistência contra a invasão napoleônica, deflagrou também a crise final do sistema colonial espanhol na América. Em outubro de 1810, as Cortes Constituintes espanholas decretaram a igualdade de representação

---

América Espanhola Colonial. In: Leslie Bethell (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial, Volume 2. São Paulo, Edusp; Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

<sup>11</sup> C. L. R. James. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000, p. 144.

e direitos entre americanos e peninsulares, assim como a anistia para todos os que tivessem participado ou participassem na insurgência colonial contra a metrópole. Os representantes americanos nas Cortes reclamaram e obtiveram a abolição dos tributos indígenas, da *encomienda*, do *reparto*, da *mita*, da “matrícula domar”, das limitações ao livre comércio, pesca e indústria, assim como o fim do tráfico de escravos e a libertação dos filhos destes.<sup>12</sup> Mas todas essas proclamações e medidas adotadas na metrópole chegavam tarde demais, em relação à situação das colônias espanholas. O primeiro movimento independentista nas colônias americanas da Espanha, no México em 1810, foi protagonizado por um exército indígena e camponês, dirigido primeiro pelo sacerdote Miguel Hidalgo, e depois pelo igualmente sacerdote José Maria Morelos: “Não foi a rebelião da aristocracia local contra a metrópole, mas a de povo contra a aristocracia local. Isso explica porque os revolucionários emprestaram maior importância a certas reformas do que à própria independência: Hidalgo decretou a abolição da escravatura; Morelos, a repartição das terras. Foi uma guerra de classes: compreenderemos mal o seu caráter se esquecermos que, contrariamente ao que se passou na América do Sul, nossa independência (de México) foi uma revolução agrária em gestação”. Esse movimento independentista acabou sendo esmagado pelas tropas fiéis à Coroa espanhola.

A crise do sistema colonial espanhol, porém, persistiu, agravada pela ocupação francesa da Espanha (que se estendeu até 1814), primeiro, e depois pela tomada do poder espanhol pelos liberais, opositores à antiga monarquia: “Uma brusca mudança se operou: diante desse novo perigo exterior, a alta cúria, os grandes proprietários, a burocracia e os militares *criollos* procuraram aliar-se aos insurretos restantes e completaram a independência. Tratou-se de um verdadeiro ato de prestidigitação: a ruptura política com a metrópole se realizou contra as classes que tinham lutado pela independência”.<sup>13</sup> O resultado imediato da independência no México foi que os camponeses indígenas ficaram sem proteção jurídica para defender seus direitos territoriais. Ao derrubar-se o Estado colonial desapareceram as *Leyes de Índias* que protegiam os camponeses, e estes ficaram sem o amparo legal que defendia o patrimônio mais valioso que conseguiram salvar do desastre da conquista: as terras comunais: “Na época colonial, os piores inimigos dos direitos territoriais dos índios não foram os proprietários *criollos*, ou os ambiciosos mestiços que proliferavam nas cidades médias e grandes, senão outros povos de índios, vizinhos ou sujeitos às *cabeceras*. No século XVIII, a pressão sobre as terras comunais incrementou-se porque os povos sujeitos decidiram tornar-se independentes de suas *cabeceras* e multiplicar o número das repúblicas autônomas. Em contraste com essa situação, no início do século XIX surgiu uma ofensiva geral contra as terras comunais”.

Assim, “a certeza de que as leis da República estavam contra a propriedade comunal dos povos, deflagrou uma avalanche dos mais variados interesses, cujo denominador comum foi arremeter contra a terra indígena. Os municípios descobriram artimanhas legais que os facultavam para demandar as terras da comunidade e os *ejidos* dos *pueblos*. Os indivíduos e as instituições que arrendavam partes das terras comunais desde tempos anteriores, obtiveram o direito de prioridade para comprá-los. Os *rancheros* e *hacendados* que haviam desejado ampliar suas *fincas* com os pastos, bosques e terras de cultivo das comunidades, foram libertados do limite que os contivera antes”.<sup>14</sup> O resultado disso foi catastrófico para o índio mexicano. Transformado em “cidadão” na mesma forma jurídica que o *criollo* descendente dos colonos espanhóis, ele perdeu os privilégios outorgados pela Coroa espanhola: dispensa da *alcabala* (imposto individual), das *obvenciones* das paróquias ou dos dízimos. A tomada do poder pelos *criollos* consolidou o sistema produtivo em torno do qual girava já a economia colonial: o

---

<sup>12</sup> Manuel Chust. Las Cortes de Cádiz y el autonomismo americano 1808-1817. *Historia y Sociedad* nº 12, Medellín, Universidad Nacional de Colombia, novembro de 2006.

<sup>13</sup> Octavio Paz. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

<sup>14</sup> Enrique Florescano. Luchas indígenas y campesinas. *La Jornada Semanal*, México, 1º de fevereiro de 1998.

latifúndio: “A nova nação nasceu de um contrato social, entre indivíduos iguais. A assembleia de representantes do povo constituía a nova nação. Uma nação projetada, porque a nação real estava constituída por uma diversidade de povos, de culturas, de regiões e de grupos. Diante da heterogeneidade da nação real, um grupo de ‘letrados’ *criollos* e mestiços impôs sua própria ideia de nação, fazendo-a passar por um suposto contrato entre todos. Mas os povos indígenas não foram consultados, não entraram de fato no contrato social. Tiveram que aceitá-lo, uns por terem sido vencidos em combate, outros por carecerem de alternativas”.<sup>15</sup>

Na América do Sul, nas regiões andinas, “as revoluções *criollas* da independência se levantaram sobre o entulho da grande revolução camponesa do século XVIII, que desgastou decisivamente o poder colonial, sem conseguir destruí-lo. Por isso foram, no relativo à questão da terra e da opressão racial, em grande parte, herdeiras do poder espanhol, não da revolução ‘tupacamarista’. As diversas facções surgidas da independência boliviana, tão enfrentadas em diversas questões, uniam-se quando estavam em jogo seus interesses de classe em comum”.<sup>16</sup> Por uma via diferente, o Rio da Prata (Argentina, Uruguai) chegaria ao mesmo resultado. O poder colonial nessa área começou a desabar, de fato, com as duas invasões inglesas de 1806 e 1807. A Inglaterra, em plena crise econômica e em plena Revolução Industrial, tinha recentemente perdido suas colônias da América do Norte. À procura de uma saída, tentou apropriar-se de uma parte do decadente império colonial espanhol. As tropas reais espanholas do Rio da Prata foram manifestamente incapazes de enfrentar a agressão inglesa. A resistência maciça da população, que derrotou as invasões, foi organizada pelos *criollos*, que não viam vantagem nenhuma em trocar de amo mantendo o *status* colonial, sobretudo depois de constatar que os ingleses estavam menos interessados no livre-câmbio do que no saque das riquezas da colônia ibérica. Finda a investida inglesa, pouco tempo o Rio da Prata ficou como colônia espanhola: o novo Vice-Rei espanhol (Baltasar Hidalgo de Cisneros) só conseguiu assumir o governo em Buenos Aires garantindo a permanência dos regimentos criados pelos *criollos* na luta contra os ingleses, e a autorização para o comércio livre com a Inglaterra (estabelecida em 1809, quase simultaneamente com a “abertura dos portos” do Brasil).

A “militarização revolucionária de Buenos Aires”, na expressão de Tulio Halperin Donghi, era irreversível: no ano seguinte (1810) os *criollos* tomaram o governo através dos próprios organismos criados pela administração colonial (o *Cabildo*): “Em maio de 1810 a Revolução mostrou a força desta nova liderança e a perda da função governamental dos representantes do poder espanhol”.<sup>17</sup> A *Revolución de Mayo* foi o produto de uma aliança instável entre diversas frações que se opunham em comum à administração colonial espanhola: “Foi o fruto de um processo político em que convergiram os regimentos patriotas, os proprietários de terra e os comerciantes opostos ao monopólio espanhol, com apoio do capital britânico”.<sup>18</sup> Buenos Aires aboliu a escravidão e foi uma das cabeças de ponte da guerra de independência contra a Espanha na América do Sul, que incluiu em certos casos a mobilização militar de quase toda a população, além do êxodo de regiões inteiras. Frente a Buenos Aires, a causa realista hispânica tinha seu baluarte em Montevideu, que foi auxiliada desde o Brasil imperial e resistiu nessa situação até 1814. O sucesso dos patriotas da atual Argentina foi rápido, mas fracassou em libertar o Alto Peru (a atual Bolívia) e em anexar o Paraguai, que se tornaria depois uma república independente. A sua política livre-cambista permitiu um rápido crescimento das importações e das exportações, favorecendo os grandes proprietários do litoral e a burguesia comercial, mas prejudicando os setores pobres e os pequenos produtores do interior de um país ainda não

---

<sup>15</sup> Luis Villoro. El futuro de los pueblos indígenas. *La Jornada Semanal*, México, 25 de julho de 1998.

<sup>16</sup> Augusto Céspedes. *El Dictador Suicida*. 40 años de historia de Bolívia. La Paz, Juventud, 1968, p. 32.

<sup>17</sup> Tulio Halperin Donghi. *Guerra y Revolución*. La formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1972.

<sup>18</sup> Christian Rath. El carácter de la Revolución de Mayo. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

definido, sequer nas suas fronteiras, o que alimentou uma clivagem social e política que se manifestou nas “guerras civis argentinas”, desde a década de 1820 até, com interrupções regionais e temporais breves, a década de 1860.

A independência argentina teve no seu centro a ação de José de San Martín (1778-1850), herói militar das independências da Argentina, Chile e Peru. Nascido na província de Corrientes do vice-reinado do Prata, teve sua formação militar na Espanha, como oficial do exército real espanhol, chegando-se a destacar na batalha de Baylén, no Norte da África, em 1808.<sup>19</sup> De retorno em 1811 às já autônomas *Provincias Unidas do Sul*, assumiu o comando das tropas combatentes contra o exército espanhol, com seu batismo de fogo na batalha de San Lorenzo (1812). Organizador do “Regimento de Granadeiros a Cavalos”, San Martín se sentiu, no entanto, contrariado pela política do novo governo independente; desde a província limítrofe de Cuyo preparou a invasão ao Chile, ainda em poder dos espanhóis. Em 1817 atravessou a Cordilheira dos Andes com um pequeno exército de 4.000 homens, surpreendendo os realistas espanhóis e vencendo-os em Chacabuco, em fevereiro de 1817, e em Maipú, em 1818, em batalhas que decidiram a independência do Chile, onde a luta contra as tropas espanholas vinha se desenvolvendo sob o comando de Bernardo O’Higgins.

San Martín declinou o cargo de “Governador Supremo” que lhe ofereceram para entregá-lo a seu amigo e aliado O’Higgins. Desde Chile, San Martín decidiu atacar o Peru, onde o Vice-Reinado tinha conseguido conservar o poder e mantinha o maior exército espanhol da América do Sul, com 25 mil homens. Ao momento do desembarco das forças encabeçadas pelo general argentino, a situação era favorável para a causa independentista, devido ao golpe do general espanhol De la Serna contra o vice-rei Pezuela. De la Serna iniciou negociações com San Martín para implantar uma dinastia procedente da própria casa real espanhola no Peru independente. A ideia, porém, encontrou resistências entre os próprios oficiais espanhóis, influenciados pela revolução democrática em curso na metrópole, e o último vice-rei espanhol teve de retirar-se para a costa do Pacífico por falta de recursos para defender suas posições. Em julho de 1821, San Martín entrou em Lima e, no dia 28, declarou a independência do Peru, sendo proclamado seu “Protetor”.

Os exércitos organizados a partir de Buenos Aires e do interior de Argentina por San Martín foram decisivos para vencer as tropas espanholas no Chile, no Peru e no Equador e, além da sua tarefa militar, mobilizaram politicamente a população contra as tentativas de se impor um colonialismo remodelado por parte das Cortes Constitucionais da Espanha. Nas palavras de San Martín aos habitantes do Peru, em discurso pronunciado em 1820: “A América não pode contemplar a Constituição das Cortes senão como um meio fraudulento de com ela manter o sistema colonial, que é impossível conservar por mais tempo pela força. Se não houvesse sido este o objetivo dos espanhóis, teriam estabelecido o direito representativo da América sobre as mesmas bases que o da Península, e pelo menos seria igual o número de deputados que aquela nomeasse, quando não fosse maior, como o exige a massa de sua população comparada com a da Espanha. Mas, que benefício podemos esperar de um Código elaborado a duas mil léguas de distância, sem a intervenção de nossos representantes, e sob o influxo do espírito do partido que dominava nas Cortes da Ilha de León? Ninguém ignora que a independência da América ocorreu então, e será sempre o pensamento que preocupa aos mesmos chefes do partido liberal de Espanha. Ainda supondo que a Constituição nos desse uma parte igual no poder legislativo, jamais poderíamos influir no destino de América, porque nossa distância do centro de impulsão,

---

<sup>19</sup> Ainda que história oficial indique que José de San Martín foi filho de Juan de San Martín e Gregoria Matorras, pesquisas levantaram a hipótese de que fosse filho ilegítimo de Juan de San Martín e de uma índia, o que explicaria sua fisionomia “mestiça”, visível para Juan Bautista Alberdi, quando este o visitou na França, pouco antes da sua morte.

e as imediatas relações da Espanha com os chefes do departamento executivo, dariam ao governo um caráter parcial que anularia nossos direitos".

San Martín era partidário da independência, mas também um conservador monarquista, o que explica sua oposição às Cortes espanholas, e ao "partido liberal". A revolução independentista seria, assim, "uma revolução burguesa desde uma estrutura social pré-capitalista, em oposição a uma força burguesa externa e estrangeira que buscou exportar a revolução burguesa para a periferia. Esta possibilidade se expressou nas Províncias Unidas, nas posições de Moreno e Artigas e, de maneira contraditória, no estatismo industrial do Paraguai".<sup>20</sup> Em que pese ter importantes defensores, o projeto de criação de monarquias nos novos países foi derrotado, impondo-se o princípio republicano, que implicava em um governo direto das classes dominantes dos novos países. A independência foi, assim, uma revolução *política* com limitações decorrentes das formas de propriedade sobre as quais os *criollos* assentavam seu poder econômico.

Essas formas deviam tanto ao passado colonial, quanto à divisão internacional do trabalho, gerada pelo nascente mercado mundial, constituído principalmente em torno dos interesses do capitalismo inglês. A base material-econômica da revolução foi, à diferença da revolução norte-americana, o latifúndio, que era a única maneira de produzir vantajosamente para um mercado mundial já desenvolvido, onde não existia outra produção que pudesse concorrer com os produtos elaborados por potências industriais como a Grã-Bretanha. A única forma de conseguir um desenvolvimento burguês e "um lugar no mundo" foi através da exportação de couros e outros derivados da criação de gado (carnes salgadas, por exemplo, já que não existiam ainda métodos para exportá-las frescas). Para que isso fosse rentável sua produção devia ser realizada sobre grandes extensões territoriais, que foi a forma na qual se constituiu a estrutura produtiva do Rio da Prata, pelo menos aquela capaz de ingressar no mercado mundial. Se, na Argentina, o latifúndio foi decisivamente impulsionado pela independência, em outros países latino-americanos, com um grau maior de ocupação territorial (Argentina era, na época, praticamente um imenso deserto) durante a colônia, ele foi simplesmente preservado.

Esse foi o elemento de continuidade com o passado colonial que marcou a sociedade que se criou com a independência política dos países da América do Sul. Duas tarefas se superpuseram na construção do Estado na América Latina: a conquista da unidade territorial e a integração da "comunidade social", ou seja, das diversas classes da nova sociedade independente. As duas foram abordadas de modo contíguo à ordem colonial: respeito pela antiga divisão administrativa das regiões, e pela estrutura hierárquica das formações sociais.<sup>21</sup> A independência não foi uma luta antifeudal contra uma ordem social baseada em privilégios. Não se tratava de estabelecer relações capitalistas de produção, mas sim de restabelecer a ordem da grande propriedade rural sob formas republicanas. Entretanto, o que os protagonistas realizaram como uma restauração da ordem encobriu uma mudança radical. A coação extra econômica do Pacto Colonial foi substituída, no comércio externo, por um intercâmbio entre partes livres ou iguais, no mesmo momento em que se desenvolvia o capitalismo na Europa. A "restauração" da ordem social tradicional se realizou dentro dos limites da nova divisão internacional do trabalho provocada pela Revolução Industrial.

A transformação das ex-colônias em sociedades independentes modificou a relação destas com o mercado mundial, mas também modificou as relações entre as classes nos novos países, pois a classe possuidora, a aristocracia *criolla*, transformou-se em *classe dominante*, usufruindo plenamente do poder estatal e podendo, portanto, utilizá-lo em suas relações com as classes exploradas. O limitado alcance social das revoluções da independência, por outro lado, foi aproveitado pela reação espanhola ou *realista*, que chegou a mobilizar em seu favor os setores

---

<sup>20</sup> Christian Rath. *Op. Cit.*

<sup>21</sup> Norbert Lechner. *Estado y Política en América Latina*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1981.

mais preteridos, o que chegou a comprometer a luta pela independência, quando arrefeceu a resistência espanhola. Temos já mencionado dois dos três núcleos principais das guerras de independência americana: o México (um foco de resistência cuja influência estendeu-se sobre boa parte da América Central) e Buenos Aires (que influenciou diretamente, além do Vice-Reinado do Prata, a Bolívia, o Chile e o Peru). O terceiro foco independentista foi a Venezuela, eixo da luta pela independência da Grande Colômbia (as atuais Venezuela, Colômbia, Panamá e São Domingos). Desde as reformas borbônicas, o vice-reinado venezuelano conhecera um forte desenvolvimento de suas exportações (na segunda metade do século XVIII já era o maior exportador mundial de cacau) e uma prosperidade econômica que beneficiava só uma parte pequena de sua população de aproximadamente um milhão de habitantes, a grande maioria composta por negros escravos, *zambos*, mulatos e índios sendo mantida na pobreza extrema. A rebelião negra de Coro, em 1796, projetou perigosamente, para as classes dominantes, a sombra da revolução dos escravos da vizinha Haiti.

Desde 1806, Francisco de Miranda, patriota venezuelano participante da Revolução Francesa e da guerra da independência dos EUA, organizava desde Europa ações políticas e até militares contra o domínio espanhol. Maçom, como seu lugar-tenente Simón Bolívar (e como José de San Martín, participante da “Loja Lautaro”),<sup>22</sup> ele foi apoiado e impulsionado pela Inglaterra, que queria desse modo prejudicar a Espanha, aliada da França desde 1795, pelo Tratado de Basileia. Bolívar, por sua vez, saiu da condição de subordinado para virar a figura central da independência na região Norte da América do Sul.<sup>23</sup> Em 1797, quando ainda não tinha completado os 14 anos de idade, já estava enrolado na milícia colonial, sendo promovido para subtenente no ano seguinte. Depois da morte de sua jovem esposa Maria Teresa, Bolívar viajou a Europa, onde manteve encontros com pensadores importantes da época. Alexander Von Humboldt disse a ele em 1804: “Teu país está pronto para a independência, mas ainda não vejo o homem que o libertará”.

De volta na Venezuela em 1807, sendo considerado ainda menor de idade pela lei espanhola, transformou-se em figura proeminente da sociedade local; as reuniões políticas importantes realizavam-se na sua casa de campo. Uma ação independentista organizou-se desde essa casa em 1808, que pretendia a criação de uma Junta Suprema baseada em um partido juvenil onde estavam incluídos todos os irmãos Bolívar, mas o complô foi descoberto e os conspiradores obrigados a sair de Caracas, incluído Simón Bolívar. No entanto, em abril de 1810 o *cabildo* da capital do vice-reinado, diante da falência da monarquia espanhola, declarou a “Junta Suprema”, estendendo o convite a unir-se à proclamação de Caracas através de emissários enviados a Maracaibo, Coro, Guayana e Colômbia; missões partiram para o exterior procurando recursos para o novo regime independente. Entre elas, a mais importante foi a encabeçada por Simón Bolívar, agora com o cargo militar de coronel. O prévio contato de Bolívar com Francisco de Miranda em Londres foi crucial, pois convenceu Miranda para voltar ao país depois de quarenta anos de exílio.

---

<sup>22</sup> Sobre o tema da filiação de San Martín à maçonaria, ver: Gerardo Bra. San Martín, ¿fue masón? *Todo es Historia* n° 186, Buenos Aires, novembro de 1982. Se sabe que “de fato, a maçonaria se introduz em Hispano-América já avançado o século XIX” (José Ferrer Benimeli. *Masoneria Española Contemporánea*. Madri, Siglo XXI, 1980, p. 147). Bolívar e San Martín poderiam ter-se filiado à maçonaria na Europa. Sobre o papel da maçonaria nos movimentos da independência americana: Ricardo Mário Gonçalves. A influência da maçonaria nas independências latino-americanas. In: Osvaldo Coggiola (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo, CNPq/Edusp, 1990.

<sup>23</sup> Existem numerosas biografias de Bolívar. A do Général Ducoudray-Holstein (continuée jusqu'à sa mort par Alphonse Violllet). *Histoire de Bolívar*. Paris, 1831, foi aquela na qual baseou-se Karl Marx para redigir seu controvertido artigo sobre Bolívar. Uma biografia documentada é: Indalecio Liévano Aguirre. *Bolívar*. Caracas, Academia Nacional de la Historia, 1988.

Quando Miranda chegou ao porto de La Guaira, uma manifestação o acompanhou até Caracas. Em julho, quando foi declarada a independência da Venezuela, Miranda assumiu a presidência com poderes ditatoriais. As forças espanholas contra-atacaram e, temendo uma derrota brutal, Miranda assinou um armistício em julho de 1812. Bolívar considerou a decisão uma traição à causa da independência, frustrou sua tentativa de fuga e entregou Miranda ao Exército Real da Espanha, o que Karl Marx considerou como uma atitude vil. O homem que idealizara um grande império independente e unificado dos territórios americanos em poder de espanhóis e portugueses, morreu finalmente numa prisão espanhola em Cádiz, em 1816. A partir de 1813, o chefe realista Monteverde levou adiante uma política de terror, fuzilando prisioneiros e até simples suspeitos de simpatizar com os *criollos*. No meio de uma guerra terrível e mortífera por ambas as partes, Bolívar deu a conhecer o decreto de *Guerra a Muerte*. Seu propósito não era só intimidar o inimigo, tinha também um profundo sentido político. Tratava-se de dar a essa guerra, vista como um confronto civil, um sentido nacional. Uma ideia já esboçada no *Manifiesto de Cartagena*, que definia a guerra contra os *realistas* como uma *guerra exterior*. A partir do decreto de *Guerra a Muerte*, a luta dos patriotas era apresentada como um ato de resistência contra um ocupante estrangeiro, contra o colonialista; os *criollos*, por sua origem americana, mereciam um tratamento distinto ao peninsular, considerado como um invasor: “*Españoles y canarios, contad con la muerte, aún siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de Venezuela. Americanos, contad con la vida, aun cuando seáis culpables*”.

A união de Simón Bolívar com o caudilho de Oriente, Santiago Nariño, se traduziu em uma série de rápidas vitórias sobre Monteverde; em agosto de 1813 os patriotas tomaram Caracas. O *Cabildo* da cidade outorgou a Bolívar o título de *Libertador*, investindo-o da autoridade suprema. O contra-ataque de Monteverde não teve êxito, e viu-se obrigado a refugiar-se em Puerto Cabello, para retornar a Espanha em 1814. Organizada novamente uma república, esta vez chefiada por Bolívar, unificadas as forças revolucionárias com os peninsulares em retirada, a independência venezuelana parecia consolidar-se. Mas as ações militares espanholas recomeçaram. Agora também combatia em seu favor um caudilho dos *Llanos*, o asturiano José Tomás Boves, um vendedor ambulante que conseguiu mobilizar a camada pobre dos *llaneros* contra as novas autoridades *mantuanas*, representantes das classes dominantes colombianas e venezuelanas e dos grandes proprietários (e exploradores) agrários. O governo da primeira república tinha promulgado, em 1811, a *Ordenanza de los Llanos*, numa tentativa de consolidar a propriedade privada, e obrigar o registro dos negros como trabalhadores em alguma *hacienda*. As tensões latentes em uma sociedade de dominadores e explorados afloraram com violência. Quando José Tomás Boves começou a formar seu exército, a nova regulamentação proporcionou-lhe um dos motivos para atacar uma república dominada pelos fazendeiros: “*guerra aos brandos e partilha das suas propriedades entre índios e pardos*”, declarava sua proclamação. Numa guerra social, as *montoneras* de Bové, com homens seminus e armados de lanças, arrasavam tudo que encontravam na sua passagem.<sup>24</sup>

As vitórias de Boves sobre as forças de Bolívar feriram de morte a Segunda República de Venezuela, retomando os realistas o domínio de todo o país em 1814, ficando só o Oriente e a ilha de Margarita em mãos independentistas. Nesse momento, vendo a impossibilidade imediata de reorganizar os patriotas, Bolívar partiu para Jamaica, onde redigiu sua *Carta de Jamaica*, análise detalhada e de conjunto da situação nas Américas, e começou a elaborar o projeto de uma grande confederação americana. Chegou à conclusão de que, para alcançar a independência definitiva, os espanhóis deviam ser totalmente derrotados para impedir as tentativas de reconquista, mas também era necessário unificar os esforços dispersos dos caudilhos regionais num mandato centralizado, criando uma república única para poder enfrentar qualquer potência imperial. E agitou, contra os espanhóis, o fantasma da “revolução

---

<sup>24</sup> Nelson Martínez Díaz. *La Independencia Hispanoamericana*. Madri, Historia 16, 1999, pp. 114-115.

das cores”, a “anarquia bárbara” que provocaria uma revolução com direção e em benefício das camadas e classes despossuídas da sociedade.

Com a ajuda do governo independente do Haiti, Bolívar organizou em 1816 uma expedição marítima rumo a Margarita, de onde relançou as operações militares no continente. O seu primeiro objetivo era libertar Venezuela, para evitar que os realistas a utilizassem como ponto de partida de suas campanhas de reconquista. Bolívar desde Venezuela e Francisco de Paula Santander desde *Nueva Granada* (Colômbia) começaram a coordenar ações conjuntas desde suas áreas de influência para fomentar a unidade militar, tornando o avanço patriótico imparável. Desgastado pelas longas campanhas para recuperar o poder em toda América, o exército espanhol começava a enfrentar serias dificuldades para fazer frente aos embates dos patriotas. Bolívar convocou em 1819 o *Supremo Congresso da República* em Angostura, ponto de partida da República de Colômbia, conhecida como a *Grande Colômbia*, que abarcava os territórios de Cundinamarca (Bogotá), Venezuela (Caracas) e Quito, república da qual o “Libertador” foi proclamado presidente.

O enfrentamento decisivo com as tropas espanholas aconteceu na Batalha de Boyacá em 7 de agosto de 1819, que permitiu ao exército libertador entrar triunfalmente em Bogotá. A vitória de Antonio José de Sucre, “mão direita” de Simon Bolívar, na Batalha de Pichincha, em 24 de maio de 1822, fechou o ciclo da libertação dos territórios situados ao Norte da América do Sul. Com a influência dos exércitos de San Martín ao Sul, e os de Bolívar ao Norte, o baluarte espanhol concentrou-se no Peru. E para lá que se destinaram os esforços combinados de ambos os chefes libertadores, depois de se entrevistarem em Guayaquil, em 1822.<sup>25</sup> Deste modo ficou superado o período (1814-1817) em que a monarquia espanhola, recuperada na metrópole, tinha também recuperado a iniciativa na América (salvo no centro revolucionário de Buenos Aires). Era relativamente fácil aos espanhóis, senhores do mar, em luta contra rebeldes desprovidos de marinha, deslocar os seus exércitos regulares, libertos para a ação pela paz contrarrevolucionária na Europa. Era-lhes relativamente fácil também esmagar sucessivamente os vários pontos de resistência.

A recuperação da iniciativa patriótica, as vitórias de Bolívar, e as de San Martín no Chile e no Sul peruano, não foram alheias à ajuda da Inglaterra: “Nas suas simpatias interesseiras pelas jovens repúblicas, a Inglaterra, única capaz de agir, já não se sentia estorvada pela preocupação de não ferir as susceptibilidades da Espanha, sua antiga aliada contra a França. E não cessava de defender o imenso mercado que lhe oferecia a 'América Livre'. A Inglaterra, que iniciara sua revolução industrial 50 anos antes do resto da Europa, não podia deixar escapar essa ocasião única de abrir novos mercados para as suas jovens manufaturas. No momento decisivo tinha de levantar obstáculos a qualquer ajuda efetiva à metrópole contra os insurretos. A simpatia inglesa foi uma simpatia ativa: graças a ela, não faltaram armas e capitais aos *criollos* revoltados. Mais tímido a princípio, mas decisivo no momento crítico, veio a revelar-se o auxílio da jovem república norte-americana”.<sup>26</sup> Os exércitos libertadores finalmente cercaram o baluarte espanhol. À proclamação da independência do Peru, por José de San Martín, em 1821, seguiu-se a tomada de Quito por Sucre. Finalmente, em 1824, os espanhóis foram vencidos no Alto Peru (a atual Bolívia, que assim se chama em homenagem a Simón Bolívar) pelo general Sucre,<sup>27</sup> na batalha de Ayacucho.

---

<sup>25</sup> San Martín, depois da sua entrevista com Bolívar em Guayaquil, exilou-se na França, onde passaria as suas últimas três décadas de vida, falecendo em Boulogne-sur-Mer, a 17 de agosto de 1850.

<sup>26</sup> Pierre Chaunu. *História da América Latina*. São Paulo, Difel, 1978.

<sup>27</sup> Antonio José de Sucre (1795-1830) era filho do militar Vicente Sucre e de dona Manuela de Alcalá. Suas vitórias militares consolidaram a independência da América Hispânica e a desocupação de todos os territórios ocupados pelos realistas. Foi assassinado em Quito em 1830.

Com a libertação da América Central, toda a América espanhola (salvo as ilhas de Cuba e Porto Rico, que permaneceram sob o jugo espanhol), ficou nas mãos dos *criollos*. Com a derrubada do colonialismo espanhol nas Américas, o novo comércio com a Inglaterra pareceu vantajoso à burguesia exportadora local, que passou a usufruir dos benefícios econômicos derivados da direção do Estado. No mesmo ano da batalha de Ayacucho, o chanceler britânico Lorde Canning, declarou: “A América [Latina] é livre e, se não manejarmos mal nossos assuntos, é inglesa”. Tal declaração anunciava o período de conflitos internos do continente americano que duraria cerca de meio século, onde se enfrentaram pelo poder político os setores dominantes locais, como outro chanceler europeu - Guizot - o informou à Câmara dos Deputados francesa: “Há, nos Estados da América Latina, dois grandes partidos, o partido europeu e o partido americano. O europeu, o menos numeroso, compreende os homens mais esclarecidos, os mais familiarizados com as ideias da civilização europeia. O outro partido, mais apegado ao solo, impregnado com ideias puramente americanas, é o dos campos. Este partido deseja que a sociedade se desenvolva por si mesma, ao seu modo, sem empréstimos, sem relações com a Europa”.

As tentativas de avanço colonial francês na região, porém, foram limitadas e colheram fracassos enormes (México), ficando França como uma potência colonial marginal nas Américas (com suas posses em Martinica, Guadalupe, Guiana). As investidas inglesas na América do Sul se repetiram depois do fim das guerras napoleônicas (em 1815), chegando até as Malvinas em 1833. O duque de Wellington, vencedor de Napoleão em Waterloo, porém, havia escrito: “Revi os papéis concernentes às ilhas Falkland. De nenhum modo me fica claro que tenhamos algum dia possuído soberania sobre essas ilhas”.

A ocupação inglesa das Malvinas em 1833 não foi um episódio secundário: foi parte das tentativas inglesas de estabelecer domínios coloniais britânicos no Atlântico Sul. Em agosto de 1832, o premiê inglês, Lord Palmerston, ordenou ao contra-almirante Thomas Baker, chefe do destacamento sul-americano da armada inglesa, que preparasse a imediata ocupação inglesa das “Falkland”. O governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas nomeou, em setembro, Esteban Mestivier governador interino das Malvinas, sem efeitos práticos: só em dezembro, um navio argentino, comandado por José Maria Pinedo, chegou às ilhas. Em 2 de janeiro de 1833, chegou também a fragata britânica *HMS Clio*, navio de guerra, comandada pelo capitão John James Onslow, que informou os argentinos que o Império Britânico iria retomar a posse das ilhas.

O capitão José Maria Pinedo, considerando que não havia condições para resistência, embarcou seus homens e voltou para a Argentina. O Reino Unido colonizou as ilhas com um reduzido número de escoceses, galeses e irlandeses (Puerto Soledad transformou-se em *Port Stanley*), expulsando os colonos argentinos, alguns dos quais resistiram chefiados pelo “gaúcho” Antonio Rivero. As ilhas passaram a ser denominadas, pelos novos colonizadores, pelo antigo nome de *Falkland*. A Argentina iniciou protestos diplomáticos recusando a nova situação. Os novos habitantes ingleses das ilhas coexistiram por um bom período com os habitantes argentinos, que conheciam o terreno e sabiam suprir suas necessidades com o que havia no lugar (animais selvagens e gado *cimarrón*). Em março de 1833, e novamente em março de 1834, o navio *Beagle* que transportou Charles Darwin na histórica viagem que precedeu à formulação da sua teoria da evolução das espécies, ancorou na ilha Soledad.

No Haiti, o igualitarismo da “República Negra” foi se quebrando sob a disputa entre os mulatos e negros livres contra os ex escravos. O seu isolamento fez com que não pudesse romper as malhas da monocultura exportadora herdada da colônia: o ideal democrático e republicano que a animou foi degenerando-se em cruéis ditaduras, com as quais foi-se consolidando uma reduzida casta de exploradores, uma espécie de “*criollos* não brancos”. Mas o impulso da sua revolução foi decisivo para o continente: a primeira expedição militar de Bolívar, depois da sua derrota inicial, foi financiada e apoiada pelo presidente haitiano Alexandre Pétion, sob promessa daquele de abolir a escravidão na América espanhola; o apoio haitiano a Bolívar salvou a luta

pela independência da Grande Colômbia quando a Espanha havia recuperado a iniciativa militar nessa região.

Na América portuguesa, a independência política percorreu outros caminhos. Numa antecipação estratégica, planejada para evitar que a família real portuguesa fosse aprisionada por Napoleão Bonaparte, que invadira a península ibérica, e obrigada a abdicar, como acontecera com Fernando VII e Carlos IV de Espanha, sendo o Brasil “a pérola da coroa portuguesa”, toda a corte portuguesa fugiu para o Brasil, sob a proteção da armada inglesa, instalando o governo português no Rio de Janeiro em 1808, e tornando a cidade a capital do “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, para o qual o rei instituiu uma nova bandeira. A saída foi precipitada, com as tropas francesas já em solo português, mas conseguiu que 15 mil pessoas saíssem para o Brasil, e atravessassem o Atlântico sob a custódia e proteção da armada inglesa, transferindo praticamente todo o quadro do aparelho estatal para a colônia. Além de pessoas do governo, saíram muitos nobres, comerciantes ricos, juizes de tribunais superiores. Os democratas (os “afrancesados”) em Portugal chamaram a retirada da família real de “fuga para o Brasil”; estavam frustrados pelo fato das tropas de Napoleão não terem conseguido depor e deter a família real portuguesa.

Com a Corte e a capital do Reino de Portugal no Brasil, os democratas portugueses passaram a considerar-se “sem rei nem lei”, pedindo de imediato ao general francês Junot que Napoleão lhes desse um novo rei e, sobretudo, uma constituição. No Brasil, a presença da família real marcou o início do processo de independência política, propiciado pela crise do sistema colonial português. As suas características conservadoras e reacionárias ficam exemplificadas no fato de que a partir da vinda da corte lusitana ao Brasil em 1808 foram decretadas as “guerras justas” contra os indígenas, permitindo matá-los ou tomá-los em regime de servidão.<sup>28</sup> A vinda de D. João VI tornou o processo de independência brasileiro singular, pois colocou o Brasil numa situação inusitada: ao mesmo tempo em que era colônia, se tornara a sede da monarquia portuguesa. Essa função dúbia somada com o choque das forças contrárias (colonos vs. portugueses) resultou na independência do Brasil. Os portugueses haviam recebido forte ajuda da Inglaterra e como retribuição a Corte realizou a abertura dos portos em 1808, o que acabou com o monopólio comercial português sobre o Brasil.

Caio Prado chamou de período preparatório da “revolução brasileira” o de 1808 até 1822. Com relação aos movimentos que precederam à independência do Brasil, chegou-se a sustentar que “a tutela da Inglaterra, e não de Portugal, sobre a maçonaria pernambucana, se revelou o fator crucial para compreender a revolução de 1817 [no Nordeste brasileiro]”:<sup>29</sup> o fator fundamental da revolta pernambucana teria sido o interesse da Inglaterra. O início do século XIX representou a “síntese” do período colonial, nos três séculos anteriores a ordem colonial não sofrera transformações significativas: naquele momento, as chances de modificação da sociedade começavam a fazer-se possíveis (uma maior abertura política; a abertura dos portos; a penetração de ideias liberais). Todas as classes sociais estavam insatisfeitas e enfrentando problemas: brigas entre comerciantes portugueses contra senhores de engenho devedores; estes, contendo revoltas da escravaria; revoltas da “população inorgânica” (os mulatos, que eram sua maioria), *reinóis* e senhores brigavam a respeito dos valores comerciais da venda do açúcar e dívidas; mas se ajudavam e se aliaram contra as revoltas da população, para mantê-la controlada e não atrapalhar os negócios de ambas as partes.

Com o retorno da Corte a Portugal (em 1821), o Brasil, declarado reino, viu-se rebaixado bruscamente à antiga categoria de colônia. A reintrodução das velhas normas do Pacto Colonial configurava uma espécie de “mercantilismo” duplamente anacrônico: 1) Porque era executado por uma potência em retrocesso, tributária econômica da Inglaterra, 2) Porque estava em

---

<sup>28</sup> Fernanda Spósito. As guerras justas na crise do Antigo Regime português. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre de 2009.

<sup>29</sup> Evaldo Cabral de Mello. Entre a república e a monarquia. *Mais!* São Paulo, 4 de agosto de 2002.

contradição com a expansão do comércio mundial, devida à consolidação do capitalismo industrial na Europa. Não passou nem um ano até as classes possuidoras da colônia-reino se rebelarem contra essa situação. A convocatória das Cortes pela *Revolução do Porto* criou a ocasião para a convergência da agitação dos grandes proprietários com a da administração colonial. Na “revolução constitucionalista” de 1820: a população da cidade do Porto se levantou contra a permanência do Rei D. João VI no Rio de Janeiro. Pretendiam o retorno da Corte a Portugal, visto que havia acabado a ameaça de invasão de Napoleão; a proteção da Corte no Brasil não seria mais necessária. Buscava-se a restauração do Pacto Colonial com o Brasil, para a restauração do monopólio de comércio dos portugueses. Buscava-se também a instauração de uma constituição para o reino.

O rei não pretendia voltar a Portugal, principalmente devido à pressão dos grupos econômicos emergentes no Brasil. Porém, algumas províncias criaram governos autônomos sem ligação com a Corte do Rio de Janeiro, o que colocou o rei em uma situação que o forçou a retornar a Portugal em abril de 1821, deixando no Brasil seu filho Pedro como Príncipe Regente. Ao chegar a Portugal, D. João foi obrigado pelos revolucionários a jurar uma Constituição que ainda estava por ser elaborada pelas Cortes do Reino. Foram então convocadas eleições por todo o “Reino Ultramarino” para que se indicassem os respectivos representantes às Cortes. Portugal foi privilegiado na divisão, tendo maioria para a elaboração da Constituição. As Cortes passaram a elaborar a Constituição com a maioria portuguesa, buscando o retorno do Pacto Colonial, visto que este privilegiava principalmente os grandes comerciantes metropolitanos.

Em 7 de setembro de 1822, as autoridades reais romperam o impasse institucional e, no “Grito de Ipiranga”, proclamaram a independência do Brasil. Ou seja, as próprias autoridades da colônia proclamaram a independência. Mas a elite brasileira tomou cuidado ao tornar um português, herdeiro da coroa de Portugal, o imperador da nova “nação”: na Constituição de 1823 foi tomado especial cuidado com os portugueses, reflexo do medo de uma possível recolonização, e, também, fez restrições aos estrangeiros. O projeto constitucional se centrou nas eleições dos deputados e senadores e definiu os critérios (restritos) de cidadania: uma constituição “liberal” que não aboliu a escravidão. O “Hino da Independência” teve letra escrita por Evaristo da Veiga, prócer da Independência, e a música composta pelo Imperador em pessoa. As contradições sociais do período colonial vieram à tona, e todas as questões antes postergadas explodiram. Apareceram nesse momento movimentos de massas: a reação recolonizadora também aconteceu, mas foi militarmente vencida. Os movimentos independentistas populares não se encontravam suficientemente maduros para fazer prevalecer suas reivindicações e tiveram uma posição secundária. Para Caio Prado Jr. a “revolução” foi um movimento que não conseguiu ultrapassar certas barreiras: ele só funcionou para o que o Brasil estava preparado, ou seja, a liberdade do jugo colonial e a emancipação política. A independência foi feita à revelia das classes inferiores, um movimento fruto só de uma classe.<sup>30</sup> Houve também enfrentamento militar com as tropas que permaneceram fiéis a Portugal na Bahia, no Maranhão, no Pará e na Província Cisplatina, assim como no Piauí.

No Primeiro Império, o partido português queria um sistema absolutista, com o poder centralizado nas mãos do imperador. D Pedro começou então a mostrar “seu lado português”, e se tornou um ditador, a ponto de fechar a Assembleia em novembro de 1823 e proclamar uma nova Constituição, redigida em dez dias, onde dava certos privilégios para os estrangeiros (como a fácil concessão da nacionalidade) e instaurava o poder moderador, um “quarto poder” que na realidade legitimava a “ditadura” do imperador. As classes pobres, vendo tudo aquilo, começaram a agir. Segundo diversos historiadores, a ruptura da união do Brasil com Portugal foi o movimento de independência mais atrasado e conservador das três Américas. Para tranquilizar os interesses britânicos e portugueses, as elites provinciais do Brasil aceitaram o

---

<sup>30</sup> Caio Prado Jr. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1961.

tacão centralizador e despótico de um príncipe português que era, igualmente, o herdeiro da coroa lusitana que renegavam. Para garantir a continuidade da ordem negreira, os senhores optaram por um Estado monárquico, centralizador e antiliberal. Em novembro de 1823, D. Pedro desferiu o primeiro golpe militar do Brasil independente, fechando a assembleia nacional constituinte e ditando a constituição que governou o Brasil até 1889. A independência brasileira, assim, só deu início a um processo, determinado pela crise internacional, prolongado nas lutas internas do Brasil, que se estendeu desde a ruptura com Portugal até 1850, quando se consolidou a monarquia sobre a base da “pacificação” das revoltas, como a Sabinada e a Balaiada, que procuraram imprimir à independência um caráter democrático e de oposição ao regime monárquico-senhorial.

A dominação portuguesa do Brasil não foi desmantelada pela proclamação da independência. Durante a adesão do Pará em 1823 ao novo governo brasileiro, a resistência popular aumentou. Em outubro, um levante militar ganhou a adesão do povo pobre, casas de portugueses foram invadidas e estabelecimentos comerciais saqueados. A partir de 1824, a insatisfação popular passou a se tornar organização, surgindo assim lideranças como Batista Campos, os irmãos Antônio e Francisco Vinagre, e Eduardo Angelim. Os batizados como *cabanos* tomaram o Palácio do Governo em Belém em janeiro de 1835, conseguiram o controle completo da cidade em apenas seis horas, prenderam e mataram parte dos representantes da coroa, e governaram Belém por mais de um ano. Em junho os *cabanos* foram finalmente derrotados na capital pelas tropas do governo imperial, e se retiraram em armas para o interior: a “Revolução Cabana” se tornou uma luta de resistência até 1840.

A independência brasileira alicerçou-se na derrota dos democratas e na repressão da população mais pobre. Paralelamente, durante a primeira metade do século XIX, o governo imperial brasileiro envolveu-se em diversos conflitos na região do Rio da Prata. O primeiro teve início em 1817, com a ocupação do território uruguaio por tropas luso-brasileiras. Em 1821, a região foi anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina e, no ano seguinte, passou a integrar o Estado imperial. Em 1825, as tropas “orientais” de Lavalleja invadiram a Cisplatina e proclamaram sua adesão às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), até o país se tornar independente em 1829 com o nome de Uruguai.

A revolução anticolonial americana deu continuidade ao ciclo de revoluções democráticas iniciado na Europa e continuado nos EUA, com características social e politicamente limitadas: “A revolução foi uma obra da aristocracia *criolla*, com ou sem apoio da população mestiça. Os índios foram quase sempre testemunhas passivas dos acontecimentos que os ultrapassavam. Isto quando não tomaram partido, primeiro, pela Espanha, senhor distante, contra o *criollo*, senhor imediato. A revolução da América Latina, a região mais aristocrática da terra, foi essencialmente um empreendimento aristocrático. Essa *elite* econômica e de inteligência, numa sociedade em que a presença do índio e do escravo conferia a todo homem branco um complexo de superioridade, sofria com a exclusão da administração real e com a desconfiança que esta lhe manifestava. Esses espanhóis de raça e cultura eram mantidos à margem dos altos cargos, das funções mais honoríficas e lucrativas. Entre os sessenta vice-reis da história colonial, houve apenas quatro *criollos*, e só quatorze entre os 602 capitães gerais. A exclusão que os afastava da alta administração laica afastava-os igualmente dos altos cargos eclesiásticos”.<sup>31</sup>

Em carta a Madame de Staël, de setembro de 1816, um dos *founding fathers* da independência norte-americana, Thomas Jefferson, se referia à América do Sul, a partir das fragmentadas informações de que dispunha: “O conjunto do continente meridional está mergulhado na mais profunda ignorância e fanatismo religioso, um único padre é mais do que suficiente para se opor a um exército inteiro”; embora ele também destacasse que o baixo clero, “tão pobre e oprimido como o povo, muito frequentemente aderiu à causa dos revolucionários”. Na sequência da

---

<sup>31</sup> Pierre Chaunu. *Op. Cit.*

carta, Jefferson afirmava que “a sua causa teria sido desesperada desde o início, mas quando a independência for estabelecida, a mesma ignorância e o mesmo fanatismo vai torná-los incapazes de formar e manter um bom governo, e é penoso acreditar que tudo vai terminar em despotismos militares sob os Bonapartes da região”. Jefferson finalizava assim: “A única perspectiva reconfortante que esse horizonte sombrio oferece é que esses movimentos revolucionários, tendo absorvido o senso comum que a natureza implantou em cada indivíduo, poderão avançar em direção das luzes da razão esclarecida, se tornarão sensíveis a seus próprios poderes e, oportunamente, serão capazes de constituir padrões de liberdade e de constranger seus líderes a observá-los”.

A revolução da independência criou uma nova sociedade política, contraposta à antiga sociedade colonial, uma sociedade *nacional*. As limitações políticas e sociais das lideranças da luta pela independência, os *libertadores*, se originaram na classe social (proprietária latifundiária ou intermediária comercial) da qual emergiram, ou seja, na inexistência de uma classe burguesa revolucionária (compare-se sua atitude reacionária perante índios e negros com a atitude dos jacobinos, na Revolução Francesa, perante a escravidão ou o campesinato iletrado). Daí o vazio político no qual caíram os seus projetos “continentais”: “Os pensadores mais utópicos do continente sonhavam criar um Estado panamericano. Mais prático, Simón Bolívar propunha quatro ou cinco países de bom tamanho”.<sup>32</sup> Todos esses projetos fracassaram: não havia uma classe que colocasse a questão da criação de um grande Estado moderno, com vistas a um amplo desenvolvimento econômico interno, em que pese a Inglaterra não manifestar hostilidade para com esse projeto, e até simpatizar (alguns setores do Parlamento) com ele. Daí, o drama, frustração e solidão final das vidas dos libertadores (José de San Martín no exílio francês, onde morreu em 1850; Simón Bolívar no seu “labirinto” de solidão, na metáfora de Gabriel Garcia Márquez).

E daí também o caráter não democrático (monárquico - San Martín -, ou ditatorial - Bolívar) dos seus projetos políticos, que foi criticado por Marx no caso de Bolívar (a quem qualificou de “separatista sim, democrata não”, e de caricatura colonial do bonapartismo).<sup>33</sup> A aristocracia *criolla* só se tornou “independentista” no quadro da crise mundial: “Passaram para o partido da independência só quando se correu o risco de receber da Espanha ordens demasiado liberais, e suscetíveis de trazer mudanças nítidas”,<sup>34</sup> devido ao início de uma revolução democrática na metrópole (as *juntas* espanholas) contra a invasão napoleônica. E daí, finalmente, o caráter conservador e politicamente limitado do Congresso Continental do Panamá, o *Congreso Anfictiónico*, de 1826, convocado por Simón Bolívar, ao qual poucos países compareceram, que não convocou nem o Paraguai do Dr. Francia, nem a perigosa “república negra” do Haiti, e sequer colocou na sua agenda política a questão da independência das sobrevivências coloniais de Cuba e Puerto Rico.<sup>35</sup> Segundo Juan Bautista Alberdi, formulador das *Bases* da Constituição da Argentina (1852),<sup>36</sup> Bolívar teria dito (mas não escrito) que “os novos Estados da América

---

<sup>32</sup> Nicolas Shumway. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>33</sup> Karl Marx. *Simon Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987.

<sup>34</sup> Ruggiero Romano. Le rivoluzioni del centro e sudamerica. In: *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973.

<sup>35</sup> José Luis Romero. El fracaso de la unidad hispanoamericana. In: *Gran Historia de Latinoamérica* n° 36, Buenos Aires, abril 1973.

<sup>36</sup> Juan Bautista Alberdi, intelectual liberal argentino (1810-1884), tentou uma interpretação histórica da América do Sul usando conceitos como o de “trabalho produtivo”, desenvolvido por Adam Smith. Foi um dos autores mais importantes da literatura política argentina e latino-americana de sua época. Para Alberdi, uma das principais causas da crise na região do Prata estava no mau uso do crédito, utilizado para financiar os conflitos entre Buenos Aires e as demais províncias do interior. Tais conflitos teriam como causa a recusa da cidade de Buenos Aires em compartilhar o poder e as receitas aduaneiras do porto com

antes espanhola necessitam de reis com o nome de presidentes”.<sup>37</sup> Os processos independentistas foram dirigidos por intelectuais do escalão baixo da administração colonial (no Alto Peru, a futura Bolívia), pela aristocracia *criolla* (em Quito e na Venezuela), ou pelas classes urbanas vinculadas a atividades mercantis (no Chile e no Rio da Prata).

Karl Marx desprezou a tentativa bolivariana de reunir um “congresso americano”: “Depois de ficar evidente, contudo, que o projeto de reforma constitucional seria essencialmente diferente do previsto no começo, os amigos de Bolívar abandonaram a convenção deixando-a sem quórum, com o qual as atividades da assembleia chegaram a seu fim. Bolívar, desde uma casa de campo situada a umas milhas de Ocaña, publicou um novo manifesto em que pretendia estar irritado com os passos dados por seus partidários, mas ao mesmo tempo atacava o congresso, exortava às províncias a adotar medidas extraordinárias e declarava-se disposto a tomar para si a carga do poder se ela recaia sobre seus ombros. Sob a pressão das baionetas, *cabildos abiertos* reunidos em Caracas, Cartagena e Bogotá, aonde tinha se trasladado Bolívar, o investiram novamente com os poderes ditatoriais. Uma tentativa de assassinar ele no seu próprio dormitório em Bogotá, da qual foi salvo só porque pulou de um balcão em plena noite e permaneceu acaçapado sob uma ponte, lhe permitiu exercer durante algum tempo uma espécie de terror militar. Bolívar, porém, evitou castigar a Santander, pese a este ter participado na conspiração, enquanto fez matar ao general Padilla, cuja culpa não tinha sido demonstrada em absoluto, mas que por ser homem de cor não podia oferecer resistência alguma”.<sup>38</sup>

Só o México mostrou a particularidade de uma rebelião popular protagonizada pelas massas mestiças, que cercaram a cidade de México, cimentando a luta pela independência. Miguel Hidalgo proclamou inicialmente a liberdade dos camponeses indígenas e a abolição da escravidão; derrotado pelos espanhóis, José Maria Morelos retomou o programa de Hidalgo, defendendo a abolição de toda distinção entre as classes sociais. A revolução popular mexicana foi abortada pela reação dos espanhóis com a colaboração da aristocracia e da burguesia local, as que só em 1821, e já sem a incômoda presença popular, proclamaram a independência com Agustín de Iturbide.<sup>39</sup> Em 1823, os Estados Unidos proclamaram a “Doutrina Monroe”, opondo-se qualquer tentativa de intervenção militar europeia no continente americano. A independência do México foi proclamada pouco antes pelo general Iturbide, que se sagrou imperador do país sob o nome de Agustín I. Um ano depois, foi obrigado a abdicar e, ao tentar retomar o poder, foi executado, adotando finalmente o país o regime republicano.

As revoluções da independência latino-americana foram determinadas pela crise das metrópoles europeias, no processo originado na Revolução Francesa e nas suas consequências continentais e internacionais, e na guerra de independência norte-americana. Elas integraram também as contradições e lutas de classe desenvolvidas nas colônias, o que as transformou em um elo do ciclo da revolução democrático-burguesa internacional. As “Juntas de Governo” americanas fizeram eco às “Juntas” que, na Espanha, marcaram o início da revolução democrática. As guerras de guerrilha antifrancesas na península ibérica não estiveram desconectadas, historicamente, das guerras de guerrilha dos patriotas americanos, nos Andes, contra as tropas metropolitanas (espanholas): houve duas vertentes no liberalismo espanhol, centrado nas Cortes de Cádiz, a peninsular e a

---

as demais regiões. Responsabilizou Inglaterra pelos empréstimos que foram utilizados para o financiamento dos conflitos.

<sup>37</sup> Juan Bautista Alberdi. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p. 63.

<sup>38</sup> Karl Marx. *Simon Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987.

<sup>39</sup> Francisco Gutiérrez Contreras. *Nación, Nacionalidad, Nacionalismo*. Barcelona, Salvat, sdp, p. 20.

americana, cujos representantes, mais radicais, participaram ativamente nos debates da assembleia espanhola.<sup>40</sup>

As lutas anticolonialistas hispano-americanas combinaram a proclamação da independência pelas próprias autoridades coloniais (como aconteceu em Guatemala) até a mobilização de massas com métodos de guerra revolucionária, como no esvaziamento das cidades argentinas de Salta e Tucumán pelos patriotas argentinos, depois das derrotas militares de Vilcapugio e Ayohuma perante as tropas realistas espanholas; na luta de Artigas e do “sistema de povos livres” no Uruguai e na mesopotâmia argentina; na luta dos *gauchos* de Martín Miguel de Güemes no Norte do mesmo país, ou nos revolucionários de La Paz (encabeçados por Murillo) no Alto Peru, em 1809.: “Julgando seus resultados, os Libertadores não merecem o desprezo de seus detratores. Todos parecem ter sido perseguidos por um destino que antecipava os sofrimentos que os esperavam. Miranda, traído pelos seus partidários, morreu abandonado numa prisão espanhola; Bolívar, tuberculoso e desenganado num povoado perdido da costa colombiana; San Martín morreu desmoronado depois de duas décadas de exílio; O’Higgins, marginalizado e exilado, morreu na véspera da data assinalada para retornar ao seu país [o Chile]; Iturbide foi preso e executado numa remota cidade provinciana; Pedro morreu muito jovem, nas primeiras horas de seu dia mais glorioso. Só Cochrane sobreviveu até atingir uma velhice esplendorosa. Os homens que vieram depois deles não tiveram a mesma estatura”.<sup>41</sup>

A guerra da independência hispano-americana foi socialmente heterogênea: houve, no seu bojo, rebeliões camponesas contra as elites *criollas* com fraco apoio entre os setores populares, especialmente entre negros e índios urbanos que, por vezes, tenderam a se alinhar com os espanhóis. As oligarquias conseguiram controlar o processo revolucionário, evitando um confronto paralelo entre pobres e ricos; no México, a revolução, como vimos, iniciou-se como uma revolta de camponeses e índios. A classe dirigente da independência experimentava um temor paralisante em relação à potencial repetição da revolta indígena-camponesa do século XVIII, ou da revolta negra do Haiti. Chegada ao poder, apressou-se em abolir o *pongo* e a *mita* instituídas pelos espanhóis, instituições de trabalho forçado dos indígenas, para neutralizar, sobretudo, a possibilidade de uma revolta independente dos setores mais explorados da colônia; assim como também a abolir a escravidão e a tortura do Santo Ofício (como foi feito pela Assembleia Constituinte da Argentina, em 1813). A vertente revolucionária, plebeia ou “jacobina”, do processo independentista americano, no entanto, foi derrotada nos processos de normalização política conservadores hegemonizados pelas classes economicamente dominantes das antigas sociedades coloniais (a oligarquia agrária e a burguesia comercial das capitais), sobre a base dos quais surgiram as modernas nações latino-americanas.

No caso do Brasil, foi a própria coroa portuguesa, instalada no país devido às invasões napoleônicas, a que proclamou a independência política do país, não sem derrotar *manu militari* os movimentos que aspiravam a uma independência sobre bases democráticas e populares. O jacobinismo latino-americano foi derrotado em seu nascedouro, como aconteceu com Toussaint L’Ouverture no Haiti, mas, sem sua presença e ação decidida, a independência política do continente teria sido comprometida ou simplesmente inviabilizada. Em 1825, após as guerras de independência da América espanhola, apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneceram sob o domínio espanhol. Portugal perdeu todas suas posses americanas, enquanto França preservou territórios importantes (a Guiana, e as ilhas de Guadalupe e Martinica, no mar do Caribe). No Paraguai, o governo de Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) criou as bases de uma economia isolada, com seu progresso estritamente controlado pelo Estado, incluindo uma educação pública sem par na América do Sul,

---

<sup>40</sup> Iván Jaksic e Eduardo P. Carbó. *Liberalismo y Poder*. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago de Chile, Fondo de Cultura Económica, 2011.

<sup>41</sup> Robert Harvey. *Los Libertadores*. La lucha por la independencia de América Latina 1810-1830. Buenos Aires, Del Nuevo Extremo, 2009, pp. 523-524.

numa versão tardia do “despotismo ilustrado”. Os governos paraguaios posteriores de Carlos Antonio López e de seu filho, Francisco Solano López, prosseguiram a tarefa. No quadro da emergência da primeira grande potência mundial capitalista, a Inglaterra, e da crise do Antigo Regime na Europa, o antigo sistema colonial americano de base ibérica ruiu e desabou quase por completo.

Com as independências americanas, o princípio das nacionalidades atravessou o Oceano Atlântico: o *mundo das nações* nascia como a forma político-estatal do *mundo do capital*, como sua expressão tanto nas relações políticas internas como nas relações internacionais (“A burguesia tende a se constituir em Estado Nacional porque é a forma que melhor responde aos seus interesses e que garante o maior desenvolvimento das relações capitalistas. Os movimentos de emancipação nacional expressam essa tendência”)<sup>42</sup> e como expressão de um novo horizonte histórico, “a nação moderna, uma sociedade que descansa sobre a integração de uma área e de uma população considerável, através da indústria em grande escala, a comunicação e o transporte, e da participação em mercados longínquos, a nação funciona e tem continuidade histórica devido à prolongada interdependência de várias classes interessadas na operação de um sistema econômico (com ) ideias e tendências significativamente relacionadas com a pauta criada pelas suas classes constituintes”.<sup>43</sup> A independência americana deu uma impulsão decisiva a essa tendência, embora na “América Latina” as relações capitalistas de produção fossem só embrionárias e coexistissem durante um longo período com relações pré-capitalistas e com classes dirigentes não burguesas que os “Libertadores” (oriundos dessas classes) não conseguiram superar politicamente.

---

<sup>42</sup> Andreu Nin. *Los Movimientos de Emancipación Nacional*. Barcelona, Fontamara, 1977, p. 41.

<sup>43</sup> Solomon F. Bloom. *El Problema Nacional en Marx*. El mundo de las naciones. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975, p. 208.